



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção ao planeamento prévio da implementação do regime de previdência obrigatório

Segundo as Projeções da População de Macau 2022-2041, até 2028, a população local vai atingir 611 800 pessoas, de entre estas, 127 400 são idosas com mais de 65 anos, representando 20,8% do total, o que significa que Macau vai ser oficialmente uma sociedade super-envelhecida. Neste momento, as prestações regulares de segurança social incluem a pensão para idosos, a pensão de invalidez e as prestações extraordinárias, e tomando como referência o Relatório do Fundo de Segurança Social de 2022, o valor pago cifrou-se em 5,53 mil milhões e, no caso da pensão para idosos, registou-se um aumento de 260 milhões face a 2021, ou seja, um aumento de 4,7%.

À medida que sobe o número de idosos, é de crer que o valor das referidas prestações aumente rapidamente, portanto, o Governo precisa de concluir, quanto antes e de acordo com a concepção do regime de segurança social, a criação do regime de previdência obrigatório, no sentido de concretizar o regime de segurança social de dois níveis, assegurando a sustentabilidade das garantias de aposentação dos residentes.

No Relatório das LAG para 2024, o Governo afirma que, de acordo com as propostas do “Relatório de avaliação do regime de previdência central não obrigatório”,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

vai proceder ao balanço da recuperação económica global da RAEM durante o período de observação de 2021 a 2023; mas, em termos da respectiva implementação, limita-se a dizer que, tendo em conta a análise do relatório em causa, vai avaliar, continuamente, a viabilidade do regime de previdência obrigatório, sem definir qualquer plano de trabalho faseado para a sua implementação.

Mais, conforme o referido Relatório do Fundo de Segurança Social, em 2022, aderiram ao regime de previdência central não obrigatório 285 empregadores, na sua maioria de instituições relacionadas com os serviços sociais, representando 43,5%, e os restantes empregadores estão relacionados com sociedades comerciais, instituições de ensino e entidades de interesse público, podendo assim constatar-se a falta de adesão de outros sectores. Face a isto, o Governo deve lançar mais medidas de incentivo, para impulsionar a adesão de mais empregadores; e, entretanto, deve ainda fazer um balanço das experiências de diversas regiões, melhorar o regime e fazer bem a sensibilização e divulgação, para estar bem preparado para a implementação do regime de previdência obrigatório no futuro, e reunir o consenso de trabalhadores, empregadores e restante população.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta o Relatório das LAG para este ano, o Governo vai desenvolver os trabalhos de promoção do regime de previdência obrigatório, de acordo com a 2.^a proposta de calendarização da implementação, constante do referido “Relatório de avaliação”? Se sim, de que planos de trabalho é que o Governo dispõe para garantir a concretização dos trabalhos preparatórios referentes ao regime de previdência obrigatório até 2026?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. De que planos de incentivo é que o Governo dispõe para promover a adesão de mais empregadores ao regime de previdência central não obrigatório? A fim de evitar pressões nas micros e PME, o Governo vai lançar medidas de isenção ou redução fiscais específicas destinadas às mesmas, por forma a assegurar a implementação bem-sucedida do regime de previdência obrigatório?

3. Tendo em conta a experiência de Hong Kong, a atenção da sociedade concentra-se em como reduzir a proporção das taxas de gestão e administração cobradas pelos mandatários do fundo de previdência obrigatório. Quanto ao regime de previdência central não obrigatório de Macau, qual é a proporção das taxas de gestão e administração nas retribuições resultantes dos investimentos? De que medidas dispõe o Governo para reduzir a percentagem destas taxas, para o desempenho dos investimentos corresponder melhor à situação do mercado?

12 de Janeiro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ma lo Fong